



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CRÍTICAS À REPÚBLICA TRANSCENDENTAL: O CONSÓRCIO ENTRE MILITARISMO E POSITIVISMO EM *TRISTE FIM DE POLICARPO* *QUARESMA*

Tatiana Sena

Mestranda no Programa de Literatura e Cultura,

Instituto de Letras/UFBA

tatiana_sena@yahoo.com.br

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*,¹ de Lima Barreto, é um dos nomes da nação, metáfora constantemente revisitada e disseminada por críticos literários, historiadores e artistas brasileiros. Publicado em formato de folhetim no *Jornal do Comércio*, entre 11 de agosto e 19 de outubro de 1911, trouxe à cena uma personagem emblemática da literatura brasileira, uma figura cultural que adquiriu ampla circulação no imaginário nacional. Policarpo Quaresma, mais conhecido por Major Quaresma, foi caracterizado como um homem metódico e misantropo. Segundo descrições presentes na narrativa, “Policarpo era um patriota” (*TFPQ*, p. 13) e “antes de tudo brasileiro” (*TFPQ*, p. 14). A paixão pela “Pátria” guiou sua vida e foi determinante para o seu desfecho. Transformou-se em símbolo nacional, amplamente interpretado como o *nosso* cavaleiro da triste figura, o Quixote brasileiro. Talvez o aspecto mais “quixotesco” dessa obra defina-se pela maneira como ela explora as fronteiras porosas entre ficção e realidade.

O romance *TFPQ* é uma obra construída por ambivalências múltiplas, especialmente temporais. A ação do romance está compreendida entre os anos de 1891 e 1894, durante o governo do Marechal Floriano Peixoto. O contexto político dos primeiros anos da república brasileira foi representado minuciosamente, em especial os acontecimentos em torno da Revolta da Armada, utilizando-se, sobretudo, de personagens militares que caricaturavam as tendências hegemônicas do pensamento político brasileiro da época.

As várias tensões que perpassam o período da publicação do folhetim de certa maneira encarnam-se no então presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, uma das

¹ Doravante indicarei o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* através da sigla *TFPQ*, seguida de número da página.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

figuras mais significativas da cena política brasileira no início da república, tendo participado diretamente de muitos dos conflitos acima relacionados².

Em 1910, Hermes da Fonseca candidatou-se à presidência da república, em disputa com Rui Barbosa. Nesse processo eleitoral, acirraram-se as disputas políticas entre civis e militares pela hegemonia ideológica do período. Por conta desse contexto, foi possível uma coalizão de vários setores da chamada sociedade civil em torno da candidatura de Rui Barbosa, que contou, inclusive, com a adesão de literatos que guardavam divergências políticas entre si, e mesmo com o próprio candidato.

Dentre esses “homens de letras”, o escritor Lima Barreto participou ativamente da frente contra a candidatura militar. Apesar dessa mobilização, Hermes da Fonseca foi eleito e seu governo destacou-se pelas arbitrariedades políticas, especialmente no episódio conhecido como Revolta da Chibata, assim como pelas intervenções federais nos estados.

A relevância dos setores militares nesse período, e das tendências políticas que estes representavam, teve repercussões no imaginário cultural brasileiro. É extremamente significativo que a personagem Policarpo Quaresma seja um funcionário público, subsecretário no Arsenal de Guerra. A escolha pela carreira pública não fora aleatória, muito menos a do ramo em que se fixara:

Logo aos dezoito anos quis fazer-se militar; mas a junta de saúde julgou-o incapaz. Desgostou-se, sofreu, mas não maldisse a pátria. O ministério era liberal, ele se fez conservador e continuou mais do que nunca a amar a “terra que o viu nascer”. Impossibilitado de evoluir-se sob os dourados do Exército, procurou a administração e dos seus ramos escolheu o militar. Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria. (*TFPQ*, p. 15)

² Sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, foi aluno de Benjamin Constant, na Escola Militar em 1871, onde teve contato com as ideias positivistas. Atuou ativamente durante a Revolta da Armada, em 1893, sendo promovido por Floriano Peixoto à condição de coronel. Durante a repressão à Revolta da Vacina, destacou-se novamente, tornando-se marechal, título concedido pelo então presidente Rodrigues Alves. Foi ministro da Guerra durante duas gestões (Campos Sales e Afonso Pena), instituindo o serviço militar obrigatório, em 1906.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As escolhas de Policarpo Quaresma são indicativas do seu caráter enérgico e autoritário, embora seja reconhecido publicamente como um homem pacato. Muitos pesquisadores reiteradamente assinalam o caráter ingênuo da personagem. Particularmente, tenho dúvidas quanto à ingenuidade de Policarpo Quaresma e considero que essa faceta que anseia pelo “hálito de guerra” da Pátria não deve ser menosprezada, pois a atuação política de Quaresma, ao longo do enredo, é marcada por essas contradições, repercutindo também variadas, e extremadas, expressões do “amor da pátria” (*TFPQ*, p. 14), que a personagem desenvolvera desde a adolescência.

A estrutura tripartite da narrativa acompanha os trânsitos culturais e os efeitos de saber com os quais o Major Quaresma tentou implementar, em diferentes espaços ou circunstâncias, as reformas “almeçadas” para a Pátria. Seria plausível considerar que as propostas “visionárias” de Quaresma ajudam a deslindar aspectos da governamentalidade no período inicial da república brasileira. Cada parte de *TFPQ* pode ser compreendida como um espaço ficcional³ em que um projeto político é tentado.

Neste artigo, focalizarei a terceira parte do romance, na qual a construção da república como uma “ideia religiosa e transcendente” (*TFPQ*, p. 167) é questionada, explicitando os nexos entre saberes e poderes na constituição da forma republicana no Brasil. O evento da proclamação reorganizou os sentidos que orientavam as correntes republicanas no país, já que a coalizão de última hora entre republicanos históricos e militares conferiu aos últimos um protagonismo relevante, mas questionável, na produção de ideias que culminou na Proclamação da República, favorecendo uma reconfiguração de valores estratégicos para o Exército brasileiro, cujas tendências internas adquiriram especial importância devido ao prestígio que o positivismo possuía entre os jovens oficiais.

³ Para o crítico literário Osman Lins (1976), a noção de espaço é muito útil para compreender *TFPQ*, em especial o espaço social, definido como “certo conjunto de fatores sociais, econômicos e até mesmo históricos que em muitas narrativas assumem extrema importância e que cercam as personagens, as quais, por vezes, só em face desses mesmos fatores adquirem plena significação”. Segundo Lins, “[a] luta de Quaresma, travada contra a terra, é ordinariamente empreendida contra entidades menos concretas: circunstâncias sociais, econômicas e históricas nas quais está mergulhado. A Revolta da Armada, tão importante para o seu destino e essencial no plano do romance, cria um cenário específico, inconfundível, não construído com volumes, linhas, cores, mais respirável e que nos parece necessário precisar.” (LINS, 1976, p. 74).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A combinação, considerada esdrúxula por muitos, entre militarismo e positivismo ajudou a construir a imagem de uma república transcendental, que eliminou energicamente vertentes republicanas que não se filiaram a essa visão política.

A emergência do positivismo, no Brasil, deu-se notadamente entre as décadas de 1860 e 1870, figurando entre o “bando de ideias novas” de que falou Silvio Romero. Em vista da diversidade de interpretações, inclusive no interior do próprio positivismo, geralmente este é definido como um sistema teórico desenvolvido inicialmente pelo filósofo francês Auguste Comte, cujo arcabouço se baseava no pragmatismo da ciência. Segundo Raymond Williams (2007, p. 321), “para Comte o positivismo não era somente uma teoria do conhecimento; era também um esquema de história e um programa de reforma social”. A doutrina positivista postulava um desenvolvimento histórico evolutivo obrigatoriamente cumprindo três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. Nesse último estágio, a uma república ditatorial caberia a condução do governo, auxiliada por uma elite científica (CARVALHO, 1990).

No Brasil, os militares foram os principais defensores desse ideário, sentindo-se atraídos pela ênfase positivista na ciência e no desenvolvimento industrial. Concorria para essa opção a formação técnica dos militares, “em oposição à formação literária da elite civil” (CARVALHO, 1990, p. 28). A Escola Militar se tornou um importante centro difusor do programa positivista, tendo Benjamin Constant como o principal propagandista, quando lecionou matemática na instituição. Todavia, os militares positivistas eram apenas uma das vertentes no interior do Exército nacional, congregando oficiais acadêmicos, mais jovens, numa clara diferenciação entre esses e os oficiais propriamente ditos.

O próprio Comte previu um crescimento do positivismo no Brasil em virtude do culto a Maria ser bastante expressivo no país, de modo similar ao culto positivista à mulher. Segundo Gilberto Freyre (2004, p. 219), “não há dúvida de que a mística republicana se vinha desenvolvendo no Brasil através da identificação da causa messiânica com uma figura ideal de mulher perfeita, santa sofredora”.

Silvio Romero (1894, p. LXV) fez um virulento ataque ao positivismo e confessou o receio em “bulir, segundo a frase popular, em formidável casa de marimbondo”, não em virtude de receio doutrinário, mas por medo de “certas outras



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

armas, moedas correntes nas algibeiras desse novo gênero de jesuitismo” (1894, p. LXVI). Para Romero, estabeleceu-se um “consórcio entre positivismo e militarismo” (1894, p. LXIX) bastante preponderante, que deu o “tom à política republicana”, mas para o autor essa “hibridação extravagante tem feito mal ao exército e vai fazendo dano ao país” (1894, p. LXIX). Segundo o autor sergipano, a intervenção militar na política brasileira, até a proclamação da república, teria sido relevante, mas sempre fora contingencial, atribuindo à “má orientação positivista” (1894, LXXI) a permanência das forças armadas na gestão governamental.

Romero atribuiu tanto o consórcio quanto o protagonismo político dos militares a um “acidente de marcha” (1894, LXXI) da história brasileira, não hesitando em afirmar que “quem tem governado a república [tem] sido o exército; e o sectarismo positivista é quem tem dirigido o exercito, cada vez a mais” (1894, LXXXVIII). A proposta de contrapor “doutrina contra doutrina” (1894, LXXXVIII) pretendeu ser uma reação ao projeto político positivista, em favor do “naturalismo evolucionista, cuja fórmula sintética pode ser bebida em Herbert Spencer” (1894, LXXII). Mas, como destacou Doris Sommer, convém lembrar que

em termos gerais, o positivismo na América Latina é uma tradição frequentemente eclética que combina a reverência pelos dados positivos ou “científicos” – no sentido de “empíricos” – juntamente com a suposição de que as ciências sociais, então emergentes, deveriam usar como modelos as ciências físicas, sobretudo a biologia. Os males sociais eram devidamente diagnosticados e remédios eram prescritos. O organicismo proposto por Herbert Spencer era particularmente popular e conjugado com o esquema comtiano dos estágios progressivos da história. (SOMMER, 2004, p. 83)

O ecletismo é indicativo das recomposições que os intelectuais latino-americanos tiveram que proceder, a fim de adequá-las, ressignificando-as, à realidade local. O historiador Nicolau Sevcenko (2003) apontou a presença de pressupostos epistemológicos positivistas e evolucionistas na própria organização do texto dos escritores Lima Barreto e Euclides da Cunha, numa “indicação do sentido novo imposto ao raciocínio criativo” (2003, p. 264) pelos sistemas de ideias vigentes, haja vista que ambos os autores constroem um “contraponto permanente entre as noções de conflito e solidariedade” (2003, p. 264-265).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Por sua vez, Robert J. Oakley (1997) ressaltou a presença do arcabouço teórico de Spencer em *TFPQ*. Talvez seja mais interessante pensar num positivismo difusamente atuante, como defendem alguns pesquisadores (BHERING, 2008), que se entranhou no pensamento político e científico brasileiro. Policarpo Quaresma pode ser considerado uma espécie de representação do positivista diletante, cujos pressupostos epistemológicos já apresentam traços desse positivismo difuso. Por sinal, Sérgio Buarque de Holanda (1995) faz uma descrição dos positivistas que apresenta muitos pontos de contato com as características de Policarpo Quaresma, conforme o seguinte excerto:

Viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e pela certeza de que o futuro os julgaria, e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem, individual e coletivamente, com relação a tais princípios. Essas convicções defendiam-nos do resto do país, no recesso dos gabinetes, pois foram, todos eles, grandes leitores. E o resto acabaria fatalmente – o advérbio que figura com mais insistência em seus escritos – por vir a eles, por aceitar seus ensinamentos, por acatar suas verdades. Em certo instante chegaram a formar a aristocracia do pensamento brasileiro, a nossa *intelligentsia*. (HOLANDA, 1995, p. 160)

Para Holanda, o bacharelismo favoreceu o sucesso dos positivistas no Brasil, mas o autor questiona se “não existiria, à base dessa confiança no poder milagroso das ideias, um secreto horror à nossa realidade?” (HOLANDA, 1995, p. 160). Essa rejeição às práticas cotidianas brasileiras não esconde a intolerância em conviver com alteridades disruptivas da racionalidade ocidental.

A ciência ancorou-se numa espécie de teleologia da razão, tendo amplas repercussões na organização do Estado moderno e na constituição da governamentalidade. A importação seletiva e compulsiva das “novas ideias” acentuou o fascínio pela ciência, talvez como o primeiro produto-fetiche das modernidades latino-americanas. A moda do “científico” no período republicano foi ressaltada por Gilberto Freyre (2004) como um dos fatores que concorreu para a superação do mito do rei:

Superação difícil, mas que se realizou, através de uma valorização mítica de quanto pudesse ser qualificado como “científico”: empenho que as elites positivistas ou parapositivistas conseguiram de algum modo comunicar a outros grupos da população brasileira. De onde a época aqui considerada ter se tornado de glorificação da parte, se não da massa, da grande parte da gente média, de “governo científico”, de “política científica”, de “diplomacia



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

científica”, e até de “espiritismo científico” ou de “religião científica”.
(FREYRE, 2004, p. 1024)

A estratégica aliança entre positivismo e militarismo no Brasil serviu-se desse anseio pelo “progresso científico”, estabelecendo diretrizes políticas e econômicas para o país; mas é perceptível um viés messiânico nessa “cruzada” contra os “atrasos” e os “arcaísmos” brasileiros. No romance *TFPQ*, o imaginário republicano é marcadamente militarizado e, embora represente diferentes vertentes do interior do Exército brasileiro, a predominância dos positivistas, travestidos de florianistas, evidencia as forças instituintes do imaginário republicano, modeladas pelo positivismo castrense. Os personagens militares são ligados ao núcleo da família do general Albernaz, a exemplo do Contra-almirante Caldas, do Major Inocêncio Bustamante, compondo uma pequena elite dos subúrbios cariocas do início de século XX, mas que tem por foco principal a figura do Marechal Floriano Peixoto.

O Exército soube rentabilizar simbolicamente o destaque obtido após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai e se colocou como uma força política capaz de garantir a unidade política do território brasileiro. O imaginário que evoca a guerra do Paraguai é abusivamente acionado pelos militares na narrativa, sendo tratado de forma anedótica pelo narrador. Segundo Gilberto Freyre (2000, p. 216),

parece incontestável o fato de o Exército brasileiro, desde o estabelecimento da República, vir considerando uma de suas maiores responsabilidades, como força nacional, assumir aquela antiga função da Coroa: a de comportar-se como influência superpartidária na vida nacional.

A partir da narrativa, é possível perceber como a memória acerca da guerra do Paraguai e da Proclamação da República é acionada pelos militares, a fim de legitimarem a importância política das Forças Armadas no cenário brasileiro. Em *TFPQ*, há uma desmistificação da missão praticamente evangelizadora que o Exército quis desempenhar na primeira república.

Na terceira parte da narrativa, quando da eclosão da Revolta da Armada, o narrador torna explícitas suas censuras ao messianismo positivista, conforme o excerto:

Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas, em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha! (*TFPQ*, p. 166)

O narrador insiste na comparação religiosa para caracterizar o fervor positivista dos partidários de uma gestão política autoritária, chegando a falar num “Santo Ofício Republicano” (*TFPQ*, p. 165), que apavorava os civis, emudecendo-os ante a perseguição que o estado de sítio desencadeou, como o narrador ressaltou: “bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, – quem sabe? – a vida também” (*TFPQ*, p. 165). Segundo o narrador, as concepções de governo dos militares positivistas eram “em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais” (*TFPQ*, p. 166), justificadas por teoremas de mecânica.

A construção da autoridade governamental torna-se o cerne da discussão. A personagem Olga questiona dessa tendência messiânica: “eu não posso compreender esse tom divino com que os senhores falam da autoridade. Não se governa mais em nome de Deus, por que então esse respeito, essa veneração de que querem cercar os governantes?” (*TFPQ*, p. 194). O positivismo tornou possível a articulação entre ciência, requisito basilar da modernidade, e o messianismo, um dos traços instituintes do discurso colonial ibérico, favorecendo sua adaptação maleável à cultura política brasileira.

Na fase inicial do governo republicano, a ciência funcionou como um dispositivo da biopolítica, a fim de legitimar o exercício da governamentalidade. O Estado, como forma política, deveria não apenas aplicar os postulados científicos, mas antes ser informado por eles, assimilando suas diretrizes e acatando sua normatividade. Através dessa estratégia, naturalizaram-se as tensões sociais, instaurando a perda de significação da política como um espaço decisivo de interlocução entre agentes históricos (CHALHOUB, 1990).

Como Hannah Arendt (2002) apontou, o esvaziamento da arena política favoreceria a difusão de preconceitos contra a política, na esteira dos quais a tirania se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

exerceria através de uma máquina estatal burocratizada. No caso brasileiro, além da burocracia, o personalismo político concentrou a autoridade governamental. Talvez por isso, Beatriz Resende (1993, p. 35) tenha considerado que “*Triste fim de Policarpo Quaresma* não é um romance de ditador, mas *também* o é. Certamente é um romance sobre o exercício do poder, as questões democráticas, o direito à cidadania”.

Sobretudo na terceira parte da narrativa, o autoritarismo do governo se exprime como o principal fetiche entre os militares florianistas:

Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada.

Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila, para oprimir e vexar a cidade inteira.

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade. (TFPQ, p. 182)

A representação do presidente Floriano Peixoto como um “homem-talvez” é célebre por caracterizar a “tibieza de ânimo e o seu amor fervoroso pelo lar” (TFPQ, p. 185) do propalado marechal de ferro, para quem a concepção de governo ideal se expressaria na forma de uma “tirania doméstica”, “cruel e paternal ao mesmo tempo” (TFPQ, p. 187). A família aparece como modelo de gestão privada e pública, com as violências “familiares” constitutivas de suas relações de poder. Como Doris Sommer situou, existe uma “dependência mútua da família e do Estado na América Latina” (2004, p. 35), respaldada por “alegorização recíproca” (2004, p. 35), cujo objetivo seria “mitigar a tensão entre as lealdades públicas e privadas, que insistentemente acompanhou a filosofia política do Ocidente” (2004, p. 35).

A metáfora da nação como uma família torna-se produtiva, tendo em vista o paternalismo que alicerçou as relações familiares no Brasil, constituindo a casa-grande como um padrão de governo dos outros. Esse modelo de gestão, fundado na autoridade pessoal e paternal, não é interpretado como uma expressão do caudilhismo, tido como exclusivo das “republicuetas” sul-americanas, quando muito é apontado como um “caciquismo”. Gilberto Freyre (2004) utiliza essa expressão bastante etnocêntrica para caracterizar desmandos de autoridade política, mas faz uma ressalva muito eloquente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

das esquivanças discursivas do exercício do poder no Brasil, já que para o autor o Brasil não teria um “caciquismo” qualquer:

Mas caciquismo quase sempre elegantemente moderado ou contido dentro de um gosto, quase invencível nos brasileiros, pelos ritos ou pelas aparências de legalidade; diferente do da América Espanhola; e destaque-se que por vezes benéfico à maioria da população brasileira ou de certas regiões, como foi o que deu a Floriano Peixoto o cognome de “Marechal de Ferro”. (FREYRE, 2004, p. 892)

O fascínio que essas lideranças arbitrárias inspira(ra)m na população confere-lhes legitimidade política, fazendo com que as “aparências de legalidade” prevaleçam, legitimando o exercício do poder abusivo. A personagem Olga questionou o padrinho acerca desses paradoxos da autoridade governamental: “ainda se essa tal autoridade trouxesse felicidade – vá; mas não; de que vale?” (*TFPQ*, p. 195). Entretanto, Policarpo Quaresma projeta no futuro a consolidação de uma autoridade que possa trazer essa felicidade.

Por sua vez, o narrador de *TFPQ* faz questão de desmistificar a crença de Policarpo Quaresma acerca da imagem de Floriano Peixoto, “após [este] se ter ‘fabricado’ à vista de todos e cristalizado a lenda na mente de todos” (*TFPQ*, p. 185). Não deixa de ser interessante que o “caboclo de ferro” (*TFPQ*, p. 190) seja reiteradamente descrito pelo narrador como preguiçoso e sem características intelectuais relevantes, conforme o seguinte trecho:

O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luís XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo, e no seu temperamento, muita preguiça. (*TFPQ*, p. 183)

Talvez mais do que o governante é a própria governamentalidade que aparece auratizada em *TFPQ*, sendo que o signo do “governo” reveste-se de personalidade máxima, monopolizando a compreensão da política no Brasil. Há uma supervalorização do governo, ainda mais após a constituição da república, em que a trama estatal



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ramifica-se e encarrega-se de assuntos que antes não eram tidos como da alçada governamental.

O exercício do poder parece ser exclusivo do “governo” e isso repercute na interpretação de que o Estado é o mais importante e, muitas vezes, único protagonista de qualquer narrativa sobre a história republicana brasileira. O “governo” é a posição política principal no Brasil, sendo ocupada majoritariamente pelas elites dirigentes patrimonialistas. Em *TFPQ*, o momento atípico que a Revolta da Armada representava foi facilmente incorporado à regra de que “vivemos do governo”, sendo este o principal financiador do individualismo liberal.

Nós vivemos do governo e a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abririam vagas e as dedicações supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações. (*TFPQ*, p. 169)

Os interesses pessoais e o patriotismo se confundem, numa retórica enviesada, tornando bastante heterogêneo o apoio ao Marechal Floriano Peixoto. O marido de Olga, o doutor Armando Borges, que buscava com afinco uma distinção intelectual, traduzindo para o “clássico” artigos médicos, via na Revolta da Armada a possibilidade de “realização de risonhos anelos” (*TFPQ*, p. 169). A personagem Olga funciona na narrativa como um contraponto às duas formas de adesão ao florianismo. Ao mesmo tempo em que serve como crítica ao oportunismo do marido, ela discorda da postura religiosa do adesismo de Policarpo Quaresma. As perguntas mais desconcertantes sobre política na narrativa são enunciadas por Olga:

- Mas vocês só falam em patriotismo? E os outros? É monopólio de vocês o patriotismo? fez Olga.
 - Decerto. Se eles fossem patriotas não estariam a despejar balas para a cidade, a entorpecer, a desmoralizar a ação da autoridade constituída.
 - Deviam continuar a presenciar as prisões, as deportações, os fuzilamentos, toda a série de violências que se vêm cometendo, aqui e no Sul?
 - Você, no fundo, é uma revoltosa, disse o doutor, fechando a discussão.
- (*TFPQ*, p. 174)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As dissensões sobre os sentidos republicanos da governamentalidade encontram expressão na Revolta da Armada e na Revolução Federalista, mas estas não podem ser consideradas contracondutas como foram Canudos e Contestado. Por sinal, o combate entre vertentes messiânicas, seja a militar-positivista ou as populares, é bastante representativo das significações instituintes da nacionalidade brasileira.

Referências:

- ARENDDT, Hannah. *O que é política?*. Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica, Antonio Houaiss; Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo (coord.). 1 ed. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997. (Coleção Archivos: 1 ed.; 30).
- BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e modernização: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- OAKLEY, Robert J. *Triste fim de Policarpo Quaresma and the shadow of spencerism*. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica, Antonio Houaiss; Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo (coord.). 1 ed. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997. (Coleção Archivos: 1 ed.; 30).
- RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- ROMERO, Silvio. *Doutrina contra doutrina: O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. B. Nunes, 1894. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01614400>. Acesso em: 12 jan. 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: Os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.